



Senado aprova penas maiores para assassinato de policiais

Waldemir Barreto/Agência Senado



"O Parlamento há anos estava devendo avanços sobre esse assunto", afirma o presidente do Senado, Renan Calheiros

Projeto que veio da Câmara e passou ontem em Plenário vai agora para sanção presidencial. Punições pelos crimes variam de 12 a 30 anos de reclusão

A proposta vale para homicídios de policiais civis, militares, federais e rodoviários, além de integrantes da Força Nacional de Segurança, das Forças Armadas e do sistema prisional. O assassinato dos profissionais em exercício ou em decorrência do cargo será considerado

crime hediondo. O endurecimento alcança o assassinato de cônjuge ou parente do policial quando cometido por causa da ligação familiar. O projeto do deputado Leonardo Picciani agrava as penas, que passarão a ser de 12 a 30 anos de reclusão. Também aumenta em um a dois terços a sanção para lesão corporal. **3**

Suspeitos ignoram convocação e serão levados à força para depor em CPI **8**

Vai para sanção criação de cargos no Tribunal do Trabalho de Goiás **3**

Avança projeto que fixa cota no BNDES para financiamento da agropecuária **6**

Políticos e familiares reverenciam a história de Luiz Henrique

Foi promovida ontem sessão especial de homenagem póstuma ao senador Luiz Henrique, com a presença de familiares e políticos catarinenses. Discursos enaltecem o espírito democrático e conciliador do homenageado. Renan Calheiros informou que Luiz Henrique fará parte da série de livros *Grandes Vultos que Honraram o Senado*. **4 e 5**

Plenário do Senado durante sessão em homenagem a Luiz Henrique, que morreu no dia 10 de maio



Waldemir Barreto/Agência Senado

Dirceu Mochini/Prefeitura de Bertoga



Alimento que não chegar aos alunos vai caracterizar crime de responsabilidade

Mau uso de verba de merenda pode ser punido com perda de mandato

Prefeitos que aplicaram indevidamente recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar, de forma que os alimentos não cheguem às crianças, poderão ser punidos com perda de mandato e inelegibilidade. Foi aprovado ontem em Plenário projeto que transforma o mau uso da verba

de merenda em crime de responsabilidade. O texto, de autoria do senador Cristovam Buarque, segue agora para votação na Câmara dos Deputados.

A proposta aprovada também criminaliza a omissão dos prefeitos no dever de prestar contas dos recursos aplicados. **3**

Senadores estudam proposta que libera biografias não autorizadas **8**

Diplomata defende política externa de Dilma, e jornalista aponta falhas **7**

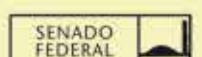


12 de Junho
Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil

Tarefas, só as da escola.

Meninos e meninas devem dividir o tempo entre brincadeiras e escola, não entre trabalho e descanso. Crianças podem ser polícia ou bombeiro, mas só na imaginação.

Profissão de criança é ser criança.



SECOM | Publicidade e Marketing



Fernando Bezerra Coelho e Walter Pinheiro (primeira fila) assistem à apresentação da Apex em conferência internacional

Senadores encerram ação na Alemanha sobre energia solar

Fernando Bezerra Coelho e Walter Pinheiro participaram de seminário com o objetivo de atrair para o Brasil investimentos na produção energética por meio de painéis fotovoltaicos, viáveis no país

OS SENADORES FERNANDO Bezerra Coelho (PSB-PE) e Walter Pinheiro (PT-BA) participaram ontem do terceiro dia da Conferência Intersolar Europe 2015, na Alemanha. Eles assistiram ao seminário Investimentos no Brasil — painéis fotovoltaicos, promovido pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil). O objetivo da ação é atrair investimentos para produção e consumo de energia solar fotovoltaica no Brasil.

— A Apex mostrou à comunidade internacional e a investidores de diferentes países o potencial econômico do programa brasileiro de energia solar — disse Bezerra, que retorna hoje.

Foram apresentados no evento modelos de sucesso na produção comercial e residencial de energia solar.

— A fonte solar é abundante

de Norte a Sul do Brasil. Os modelos residenciais apresentados aqui na conferência são também viáveis para o Brasil — afirmou Pinheiro.

Bezerra é presidente da Comissão Mista de Mudanças Climáticas (CMMC) do Congresso, enquanto Pinheiro é relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do projeto PLC 21/2015, que torna permanentes os benefícios tributários para o setor de semicondutores e componentes eletrônicos, incluídos no Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (Padis).

Reunião em Brasília

O diretor-executivo da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), Rodrigo Lopes Sauer, confirmou que no mês que vem estará em Brasília para reunir-

-se com Bezerra. A Absolar é uma entidade privada, sem fins lucrativos, que congrega empresas de toda a cadeia produtiva do setor fotovoltaico com operações no Brasil.

Durante a missão na Alemanha, Bezerra e Pinheiro cumpriram uma série de agendas institucionais em Berlim e em Munique. Na sexta-feira, houve reuniões com a professora Gesine Schawn, membro do Partido Social-Democrata Alemão, e com a embaixadora do Brasil em Berlim, Maria Luiza Ribeiro Viotti.

Na segunda-feira, houve encontros com a deputada Barbel Hohn, do Partido Verde alemão. No dia seguinte, visita a condomínios que armazenam energia solar. Na quarta-feira, já na Conferência Intersolar Europe, os senadores conheceram a experiência dos Estados Unidos na produção de energia solar.

Paim comemora Estatuto da Pessoa com Deficiência

Paulo Paim (PT-RS) destacou em Plenário a aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Ele pediu para a presidente Dilma sancionar o texto sem vetos.

Autor do projeto, o senador agradeceu aos parlamentares pela aprovação, em especial aos relatores, o senador Romário (PSB-RJ), a deputada Mara Gabrielli (PSDB-SP), o ex-senador Flávio Arns e o deputado Celso Russomano (PRB-SP). Paim lembrou que foram feitas mais de 1,5 mil reuniões, audiências e seminários para debater o projeto.

— Essa não é apenas a trajetória de um projeto de lei, é a caminhada de um projeto de vida — ressaltou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Gurgacz pede mais investimento em educação no país

Acir Gurgacz (PDT-RO) defendeu o investimento em capital humano com planejamento estratégico de longo prazo para a educação no país. Segundo o senador, a baixa qualificação da mão de obra é entrave ao desenvolvimento e à competitividade no Brasil. Ele elogiou o Plano de Investimentos em Logística, mas alertou para a baixa produção de conhecimento e de inovação e cobrou o cumprimento do Plano Nacional de Educação, com destinação dos recursos previstos para educação pública de qualidade.

— As rodovias e trilhos são importantíssimos para o desenvolvimento do país, mas o verdadeiro caminho para a consolidação do Brasil como nação soberana, democrática e desenvolvida é a educação.

Lira propõe pena maior para quem alicia menores

Raimundo Lira (PMDB-PB) pediu o apoio dos senadores a projeto dele que aumenta a pena para criminosos que usam crianças ou adolescentes para a prática de crimes. O senador afirmou que, em 2013, houve 64 mil assassinatos no Brasil e 12 mil nos Estados Unidos, país que tem 100 milhões de habitantes a mais que o Brasil. Ele também relatou que a população da Paraíba está alarmada com o crescimento da violência no estado. Duas escolas foram invadidas por assaltantes recentemente, disse.

— A questão da violência no Brasil precisa ser encarada como uma epidemia nacional — avaliou o senador.



Moraine Matiz/Agência Senado

PSDB indica Ataídes Oliveira para integrar Conselho de Ética

O senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) foi indicado pelo Bloco da Oposição (PSDB e DEM) para compor o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado como membro titular. A nomeação foi oficializada na sessão plenária de ontem.

Ataídes é o 12º nome confirmado para o Conselho de Ética desta legislatura. Ainda há três vagas no colegiado. Os Blocos de Oposição, de Apoio

ao Governo (PT, PDT e PP) e União e Força (PR, PTB, PRB e PSC) podem fazer mais uma nomeação.

O Conselho de Ética tem como funções zelar pelo cumprimento do Código de Ética e Decoro Parlamentar e do Regimento Interno do Senado e atuar para preservar a dignidade do mandato parlamentar dos senadores. O mandato dos membros é de dois anos.

Marcha dos Prefeitos é destaque do Município Brasil no fim de semana

A edição de junho do programa *Município Brasil*, da TV Senado, destaca a 18ª Marcha dos Prefeitos, que trouxe a Brasília administradores de milhares de cidades brasileiras preocupados em desafogar as contas das prefeituras. Entre as prioridades, estava a revisão do pacto federativo. O objetivo dos gestores é reequilibrar a divisão de tarefas e recursos entre União, estados e municípios.

O programa traz ainda reportagem sobre os precatórios — dívidas do poder público com pessoas físicas e

jurídicas. O modelo em vigor foi considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. Agora, prefeitos e governadores correm contra o tempo para garantir mais prazo para pagar as dívidas.

O quadro “Contas em Dia” tira dúvidas sobre prestação de contas dos gastos com saúde. No “Cidade Modelo”, Barra do Turvo (SP) mostra como enfrentou o êxodo rural.

Município Brasil
Sábado: 20h
Domingo: 8h30 e 16h
Sábado, dia 19: 16h30

Programa da TV Senado discute uso de animais em testes de cosméticos

O uso de animais como cobaias em pesquisas de cosméticos é tema do programa *Em Discussão!* que vai ao ar amanhã na TV Senado. O programa discute a situação no Brasil, que pode ganhar uma lei sobre a prática, já proibida na União Europeia. O PLC 70/2014, aprovado pela Câmara, está em análise na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) do Senado.

O tema envolve implicações éticas, econômicas e científicas, como demonstrou

audiência pública promovida pela comissão no fim de maio. Integrantes de movimentos de proteção aos animais defenderam a proibição total do uso de animais nos testes e especialistas ponderaram que a prática é cientificamente ultrapassada. Outros participantes, porém, consideraram que a interdição causaria grande prejuízo para o setor.

Em Discussão!
Amanhã: 23h30
Domingo: 9h e 16h30
Segunda-feira: 1h30
Sábado, dia 19: 16h30

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Sessão de discursos

9h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamento e avisos da Mesa Diretora.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Pelo texto aprovado em Plenário, os crimes serão punidos com reclusão de 12 a 30 anos e alcançarão inclusive o assassinato de cônjuges e familiares quando o ato for motivado pela ligação familiar

Vai a sanção pena maior para homicídio de policiais

O ASSASSINATO DE policiais civis, militares, rodoviários e federais, além de integrantes das Forças Armadas, da Força Nacional de Segurança e do sistema prisional, seja no exercício da função ou em decorrência do cargo ocupado, será considerado crime hediondo e qualificado.

Isso é o que determina o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 19/2015, aprovado ontem pelo Plenário do Senado. O texto já havia sido aprovado na Câmara dos Deputados no final de março e agora segue para sanção presidencial.

O projeto, do deputado federal Leonardo Picciani (PMDB-RJ), altera o Código Penal e a Lei dos Crimes Hediondos para qualificar o delito. O agravamento da pena previsto no texto alcança o crime praticado contra o cônjuge, companheiro ou parente até 3º grau do agente público de segurança, quando o ilícito for motivado pela ligação familiar.

Em todos esses casos, a pena será de reclusão de 12 a 30 anos. Hoje, a pena de homicídio simples varia de 6 a 20 anos de prisão. O projeto

estabelece também que a lesão corporal cometida contra agentes de segurança em serviço, e também contra seus parentes, será aumentada de um a dois terços.

A proposta tramitou em regime de urgência no Senado. Por isso, o relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Alvaro Dias (PSDB-PR), adiantou seu voto favorável ainda na quarta-feira, no Plenário.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que o projeto é fruto de um acordo na Casa e classificou a proposta



Waldemir Barreto/Agência Senado

Para Renan Calheiros, proposta é passo importante no combate à violência

como um avanço para a segurança pública do país. Segundo Renan, a medida não vai resolver por completo a questão da violência, mas representa um “passo importante”. Ele ressaltou que a segurança pública pede ações profundas como a

repactuação das responsabilidades e a definição de fontes permanentes para o setor.

— Há uma cobrança muito forte da sociedade. O Parlamento há anos estava devendo avanços sobre esse assunto — afirmou Renan.

Aprovada punição a mau uso de verba de merenda escolar

Os senadores aprovaram ontem em Plenário o PLS 182/2005, que pune prefeitos pelo mau uso do dinheiro destinado à merenda escolar. Agora o texto seguirá para a Câmara dos Deputados.

O projeto, do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), define como crime de responsabilidade a aplicação indevida de recursos provenientes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) que implique a suspensão de oferta dos alimentos. Também criminaliza a omissão no dever de prestar contas dos recursos aplicados.

Cristovam destaca a relevância social do Pnae e a necessidade de que a verba repassada aos municípios seja usada adequadamente a fim de cumprir “os elevados propósitos do programa”.

Para cumprir seu objetivo, o PLS 182 altera o Decreto-

-Lei 201/1967, que define os crimes de responsabilidade cometidos pelos prefeitos, como desviar verba pública, ordenar ou efetuar despesas não autorizadas por lei, deixar de prestar contas anuais da administração e contrair empréstimo sem autorização da câmara municipal.

Os crimes de responsabilidade são infrações cometidas por agentes políticos no desempenho de suas funções públicas. Em geral, as punições têm caráter político, como perda de cargo e inelegibilidade. A Lei 1.079/1950 regula o crime de responsabilidade cometido por presidente da República, ministros de Estado e do Supremo Tribunal Federal, governadores e secretários de Estado. O crime de responsabilidade dos prefeitos e vereadores é regido pelo Decreto-Lei 201/1967.

Tribunal de Goiás terá 303 novos cargos

Segue para sanção projeto que cria 303 cargos de analista e técnico judiciário — entre efetivos e comissionados — no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 18ª Região, com sede em Goiânia. O projeto de lei da Câmara (PLC 32/2015), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho (TST), foi aprovado ontem em Plenário.

Serão 198 cargos de provimento efetivo de analista e técnico judiciário, 18 cargos em comissão e 87 funções comissionadas. Os recursos necessários às contratações deverão ser cobertos pelo orçamento do TRT da 18ª Região.

O relator da proposta na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Ronaldo Caiado (DEM-GO), lembrou em seu parecer que o déficit de pessoal se agravou quando o tribunal assumiu novas responsabilidades com a implantação do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho.

O TST justifica a proposta com base em levantamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que constatou ser necessária a melhor estruturação da área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) do tribunal regional.

Reajuste de servidores

Outra proposta que afeta diretamente o quadro de pessoal do Judiciário deve ser votada em Plenário no dia 30. O presidente do Senado, Renan Calheiros, decidiu na quarta-feira adiar a análise do PLC 28/2015, que estabelece reajuste escalonado, em média de 59,49%, para os servidores daquele Poder.

Pelo projeto, o aumento varia de 53% a 78,56% em função da classe e do padrão do servidor. O pagamento do reajuste deverá ocorrer em seis parcelas sucessivas, entre julho de 2015 e dezembro de 2017. E também dependerá da existência de dotação

orçamentária e autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Como contrapartida ao aumento, os órgãos do Judiciário terão de se esforçar para racionalizar estruturas administrativas e reduzir em um ano os gastos com funções de confiança.

Após apelos de votação imediata feitos por vários senadores, como Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Fátima Bezerra (PT-RN), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Marcelo Crivella (PRB-RJ), Benedito de Lira (PP-AL) e Hélio José (PSD-DF), o líder do governo no Senado, Delcídio do Amaral (PT-MS), pediu aos colegas alguns dias para negociar com o Executivo. Caiado e Paulo Paim (PT-RS), porém, ressaltaram que a votação acontecerá no dia 30 com ou sem acordo com o Executivo. Delcídio adiantou que o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, está trabalhando em uma proposta alternativa.

Cristovam condena cortes na educação

Cristovam Buarque (PDT-DF) criticou ontem o governo por cortar R\$ 9,4 bilhões da educação, enquanto lança um pacote de quase R\$ 200 bilhões para a infraestrutura.

— As estradas vão passar em escolas degradadas, em universidades em greve e isso significa que, mesmo que o programa dê certo, mesmo que traga aumento da riqueza no presente, o Brasil continua com o futuro condenado.

O senador propôs que o novo pacto federativo busque o fim da desigualdade no acesso à educação. Para o senador, o governo precisa ter responsabilidade com o futuro do país, investindo na escola pública.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Aloysio questiona programa do governo

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) duvida que o Plano de Investimentos em Logística (PIL) anunciado pelo governo seja plenamente executado, apesar de reconhecer o mérito de atrair capital privado para serviços de interesse público. A dúvida se baseia, segundo ele, nos resultados do primeiro programa, anunciado em 2012, que teve só 20% de suas metas concluídas.

— Estou torcendo para que dê certo. O Legislativo está à disposição para ajudar no que for necessário. Mas, basicamente, o êxito do plano depende do governo federal, que precisaria crescer muito, não em tamanho, que já é muito grande, mas em competência e espírito público para que um programa como esse possa ter o resultado esperado.

Para Caiado, plano de logística é marketing

Ronaldo Caiado (DEM-GO) afirmou ontem que não passa de marketing o plano de investimentos em logística anunciado pelo governo.

Segundo o senador, os R\$ 69 bilhões que o Executivo pretende investir até 2018 representam apenas 0,3% do PIB. Isso, de acordo com ele, significa que tudo o que o governo cortou do Orçamento neste ano é o que será aplicado em infraestrutura nos próximos quatro. Caiado questionou se haverá investidores nos leilões de concessões.

— Quem vai acreditar em um governo que altera as regras, que impõe medidas provisórias, que destruiu todas as distribuidoras de energia?



Waldemir Barreto/Agência Senado

Jader diz que obras trazem otimismo

Jader Barbalho (PMDB-PA) disse ontem que o programa de investimentos em logística, lançado pelo governo federal, é essencial para dar otimismo ao brasileiro.

O senador destacou duas obras de interesse do Pará: a extensão da Ferrovia Norte-Sul até o porto paraense de Vila do Conde, em Barcarena, e a pavimentação da BR-163. Ele pediu que seja incluído no programa o derrocamento do Pedral do Lourenço.

Com a obra, serão retiradas pedras que hoje impedem a navegação no Rio Tocantins durante todo o ano. Jader lembrou que a ação foi prometida pelos presidentes Lula e Dilma Rousseff.



Márcio Moraes/Agência Senado

Projeto que altera lei que concede subvenção econômica ao banco estatal precisa passar pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Câmara dos Deputados



Em reunião dirigida por Acir Gurgacz (D), projeto de Ronaldo Caiado (4º à esq.) com relatoria de Moka (3º à esq.) foi aprovado. Importância do setor agrário foi ressaltada por Blairo (2º à esq.) e Flexa (E)

Projeto prevê cota no BNDES para agropecuária

PELO MENOS 20% dos empréstimos do BNDES com taxas subsidiadas passarão a ser obrigatoriamente direcionados à agropecuária. A medida consta de projeto de Ronaldo Caiado (DEM-GO) aprovado ontem na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Para entrar em vigor, o projeto (144/2015) precisa passar pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e ser aprovado pela Câmara. O senador

propõe alterar a Lei 12.096/2009, que autoriza a concessão de subvenção econômica ao BNDES, para fixar o percentual mínimo de recursos para financiar projetos de agricultura, pecuária e serviços relacionados.

O texto estabelece que taxa subsidiada “é aquela que, à época da contratação, seja inferior à taxa de captação do Tesouro Nacional para prazo equivalente” e prevê que a aplicação de, no mínimo, 20% dos recursos na

agropecuária passe a valer em operações contratadas após a publicação da mudança na lei.

— A agropecuária hoje é o setor que mais absorve tecnologia. O Brasil se mostra competente internacionalmente pela capacidade de modernizar a produção de grãos e de carne. O objetivo é voltar um pouco os olhos para o setor que tem sido o esteio ou a coluna vertebral da economia brasileira — ressaltou Caiado.

Também o relator na CRA, Waldemir Moka (PMDB-MS), disse não ver razão para que o setor receba menos recursos subsidiados do BNDES, “quando os outros setores da economia têm acesso privilegiado a eles”.

— A matéria não tem implicação sobre o sistema tributário e orçamentário. Não implica renúncia de receita e nem aumento de despesa fiscal — completou o senador, que incluiu no relatório emendas de redação.

Política de defesa agrária será debatida

Foram aprovados ontem na CRA seis requerimentos para audiências sobre a política de defesa agropecuária e três requerimentos de informações a órgãos responsáveis pelo se-

tor, todos de autoria de Dário Berger (PMDB-SC).

O senador solicita informações sobre o serviço sanitário animal e vegetal ao Ministério da Agricultura,

Pecuária e Abastecimento, à Controladoria-Geral da União e ao Tribunal de Contas da União. Para as audiências, ele sugere os temas e convidados listados abaixo.

Debates na comissão

“Histórico e desafios da defesa sanitária; estrutura federal e execução orçamentária; achados de auditorias e recomendações dos órgãos de controle”	Representantes da Sociedade Brasileira de Defesa Agropecuária; da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura; do Sindicato Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários; da CGU; e do TCU.
“Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa)”	Representantes da Secretaria de Defesa Agropecuária; das secretarias estaduais de Agricultura; da Confederação Nacional de Municípios; do Fórum Nacional dos Executores de Sanidade Agropecuária; e da União Nacional dos Fiscais Agropecuários.
“Interação entre os órgãos responsáveis pela defesa agropecuária e o setor produtivo agropecuário”	Representantes da Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários; da Associação Brasileira de Proteína Animal; da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne; da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais; da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil; e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).
“O papel do setor privado na defesa agropecuária: desafios para a segurança alimentar e ambiental”	Representantes do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal; do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal; da Associação Brasileira dos Defensivos Genéricos; e da Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários.
“O papel da vigilância sanitária agropecuária quanto à inserção mercadológica da produção agrícola familiar”	Representantes da Embrapa; da Associação Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural; do Ministério do Desenvolvimento Agrário; do Ministério da Pesca e Aquicultura; da Secretaria de Defesa Agropecuária; e da Contag.
“A defesa agropecuária em Santa Catarina e a construção de um padrão de excelência: experiências e desafios”	Representantes da Secretaria da Agricultura e da Pesca de Santa Catarina; da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina; da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina; da Federação da Agricultura e Pecuária de Santa Catarina; e da Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Santa Catarina.

Implantação de cadastro será tema de audiência

As Comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) vão promover audiência conjunta para discutir a implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR).

Instituído quando da reforma do Código Florestal (Lei 12.651/2012), o CAR é obrigatório a todos os imóveis rurais. O prazo inicial de cadastramento, que venceu no início de maio, foi prorrogado por mais um ano, pois apenas um terço dos proprietários rurais havia cumprido a obrigação. Sem o cadastro, o agricultor estará em situação irregular e ficará impossibilitado de acessar políticas públicas, como o crédito rural.

A adesão ao CAR também é condição obrigatória para acesso ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), que possibilitará resolver o passivo ambiental gerado pelo desmatamento irregular de áreas protegidas.

Acir Gurgacz (PDT-RO) defendeu a realização de uma campanha pelo preenchimento do cadastro.

— Infelizmente muitos agricultores não sabem o que é o CAR. Por isso, a necessidade de uma campanha forte nacional, junto com os estados, municípios, cooperativas e associações, para fazer com que o CAR aconteça — disse.

Agricultura familiar

Na reunião, foi aprovado requerimento de José Medeiros (PPS-MT) para audiência sobre ações que visem ao fortalecimento da agricultura familiar. Ele sugere que seja convidada a ministra da Agricultura, Kátia Abreu; a presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Maria Lúcia Falcón; o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Alberto Broch; e o secretário de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Adhemar de Almeida.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Edição: Sílvio Burle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cíntia Sasse, Eliane Cavalcanti, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Debatedores divergem sobre política externa

Enquanto o diplomata Samuel Guimarães defendeu a aproximação do Brasil com os países vizinhos, o jornalista William Waack disse que o país não compreende o cenário mundial

A POSIÇÃO QUE o Brasil deve adotar em relação a temas globais como comércio, direitos humanos, terrorismo e meio ambiente gerou divergências ontem em audiência pública sobre a política externa na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

De um lado, o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães defendeu o legado de 12 anos de governos do PT. De outro, o jornalista William Waack alertou que o Brasil vem perdendo oportunidades de se tornar um mais relevante no cenário internacional.

O diplomata, que permaneceu sete anos à frente da Secretaria-Geral do Itamaraty durante o governo Lula, lembrou a importância da posição geográfica na definição da política externa brasileira. Como exemplos, citou a usina hidrelétrica de Itaipu, que o Brasil divide com o Paraguai, e o fornecimento de gás boliviano ao país.

Também ressaltou as exportações de produtos industriais aos demais países do Mercosul e os acordos firmados pelo bloco com os vizinhos sul-americanos, criando uma

grande área de livre comércio até 2019.

Guimarães alertou para o risco de celebração de acordos internacionais de comércio sem a participação do Poder Legislativo e defendeu iniciativas consideradas independentes em política externa, como a realização de um encontro de cúpula de países árabes e da América do Sul há dez anos em Brasília. Ele observou que o Brasil teve de superar fortes pressões internacionais para promover essa aproximação.

— Israel e os Estados Unidos diziam que o Brasil não poderia realizar uma reunião entre a América do Sul e os países árabes. É claro que podemos.

Papel do Brasil

William Waack concordou com a importância da posição geográfica na política externa brasileira. Mas alertou que, se a distância garante ao Brasil a tranquilidade de estar longe de grandes conflitos, tem afetado a compreensão do cenário internacional.

— A geografia nos colocou longe dos conflitos, mas nos tirou a capacidade de entender o reordenamento mundial.



Audiência com William Waack (E) e Samuel Pinheiro Guimarães (D) foi presidida pelo senador Aloysio Nunes Ferrerira (C)

Não vejo nosso papel bem definido. Estamos menores do que podemos ser — disse.

Para ele, é difícil entender a afinidade do Brasil com países como Índia ou Rússia. Waack afirmou que o país não percebeu a transformação mais relevante no mundo: o surgimento da China como potência, “que não sabemos se será pacífica ou não”.

O jornalista lamentou que o Brasil tenha assumido a posição de fornecedor de matérias primas e que a indústria brasileira esteja “andando para trás”. Criticou a opção política por “vizinhos que nos causam problemas” e criticou a falta de atenção a temas ambientais e de direitos humanos. Ele citou, por exemplo, a abstenção brasileira na votação da ONU

sobre desrespeito a direitos humanos na Síria e no Irã.

Críticas

A abstenção do Brasil também foi criticada por Tasso Jereissati (PSDB-CE), autor do requerimento para a audiência pública. Ele lamentou que o Brasil tenha sido acompanhado apenas por países como Venezuela e Equador.

Antonio Anastasia (PSDB-MG) criticou a decisão do Mercosul de afastar temporariamente o Paraguai após a destituição do então presidente Fernando Lugo, em 2012, e de autorizar naquele momento o ingresso no bloco da Venezuela.

Lasier Martins (PDT-RS) lamentou a dificuldade do Mercosul em negociar um

acordo comercial com a União Europeia e a perda de mercado para indústrias da China.

Roberto Requião (PMDB-PR) alertou para um movimento mundial contra o que chamou de “avanços sociais do pós-guerra”. Para ele, cresce a tendência à precarização das relações de trabalho e à valorização de tecnocratas no comando da economia.

Ronaldo Caiado (DEM-GO) disse que a política externa brasileira não pode ser guiada por “interesse partidário ou ideológico”.

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) observou que o Brasil está “mergulhado em profundo isolamento”. E lamentou que o Brasil ainda esteja atrelado ao Mercosul nas decisões de comércio internacional.

Comissão quer informações do governo federal sobre base chinesa na Argentina

Por solicitação de Tasso Jereissati (PSDB-CE), a Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou dois requerimentos de informações para os ministros da Defesa, Jaques Wagner, e das Relações Exteriores, Mauro Vieira, respectivamente. Na pauta, o recente anúncio de cooperação entre China e Argentina para instalação de uma base do país asiático no território do nosso vizinho sul-americano.

A comissão quer saber se o governo brasileiro chegou a ser avisado previamente sobre a colaboração entre as duas nações, se os acordos da Unasul

preveem a prévia comunicação e que informações efetivas o governo já tem à respeito da referida base.

— Qual será a finalidade desta base? Ela poderá ser utilizada, por exemplo, com fins militares, como rastreamento de mísseis e foguetes? Quem a operará e qual o percentual de funcionários chineses e argentinos? — indaga Tasso.

A CRE pergunta ainda aos ministros que consequências a instalação da base poderá trazer ao projeto espacial do Brasil, assim como às relações do nosso governo com países como Estados Unidos e Inglaterra.

Ferraço destaca parceria entre Brasil e China em parecer sobre novo embaixador

De acordo com o regimento da Comissão de Relações Exteriores (CRE), foi concedida vista coletiva dos relatórios de Ricardo Ferraço (PMDB-ES) e José Agripino (DEM-RN) sobre as indicações da presidente Dilma a embaixadores na China e na Organização dos Estados Americanos (OEA).

Para a embaixada brasileira em Pequim, foi indicado Roberto Jaguaribe e, para a representação brasileira na OEA, José Luiz Machado e Costa.

— Ambos serão sabatinados o mais rapidamente possível, pois são postos da mais alta relevância para nossa

diplomacia e política externa — ressaltou o presidente do colegiado, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

Em seu relatório, Ferraço frisou a aproximação estratégica e comercial entre Brasil e China, iniciada, a seu ver, em 1993, com programa conjunto de satélites. Destacou ainda ser hoje o Brasil um grande exportador de soja, minérios e petróleo para a China e a presença da Embraer no mercado de jatos regionais daquele país. Citou também a recente visita do primeiro-ministro Li Keqiang, que resultou em 35 acordos de investimentos no Brasil.

Valdir Raupp pede menos burocracia para exportações

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) pediu ontem a diminuição e a simplificação da burocracia para os exportadores brasileiros. Segundo ele, a burocracia é um dos fatores que mais afetam negativamente a competitividade do país no mercado internacional.

O parlamentar afirmou que o exportador brasileiro precisa preencher 30 documentos e formulários e passar



Valdir Raupp/Agência Senado

por 27 diferentes órgãos para poder exportar um produto. Ele disse que esse “pesadelo” precisa ser simplificado e pediu ações nesse sentido ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

— A burocracia brasileira está infernal, está precisando novamente de um programa, uma campanha, para desburocratizar as ações do nosso país — alertou.

Vanessa anuncia benefício a moradores de cidade no AM

Uma boa notícia para os moradores do município de Benjamin Constant, no Amazonas, que recebem benefício do INSS. A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) informou que o ministro da Previdência Social, Carlos Gabas, assinou portaria que autoriza a antecipação no valor de um benefício no mês de julho.

Ela explicou que esses beneficiários poderão pedir a antecipação ao INSS e, assim, receber dois benefícios no mês.

Para Vanessa, a medida é importante porque no Amazonas, nas cheias, as casas ficam até 90 dias debaixo d’água e a população precisa abandonar as residências.

— É como se fosse um empréstimo a essas pessoas para que elas possam fazer frente a essa situação delicada.

O valor antecipado começará a ser pago pelo beneficiário 3 meses após o recebimento, em 36 prestações e sem cobrança de juros nem correção monetária.

Reguffe defende correção da tabela do Imposto de Renda

Reguffe (PDT-DF) defendeu projeto dele que corrige os limites de isenção da tabela do Imposto de Renda pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, o IPCA, mais 1%.

A ideia, segundo Reguffe, é recuperar gradualmente, ano após ano, o poder aquisitivo dos trabalhadores, prejudicado, ao longo dos últimos vinte anos, pela correção dos limites da tabela por índices me-



Reguffe/Agência Senado

nores do que a inflação.

Segundo o senador, de 1995 a 2010, a defasagem da tabela do Imposto de Renda em relação ao índice inflacionário era de 64,1%, de acordo com estudo encomendado por ele em 2011.

Mesmo com as correções da tabela ocorridas a partir de 2011, sempre inferiores aos índices da inflação, a situação continuou piorando, acrescentou.

Três investigados na Operação Zelotes, que apura corrupção no Carf, ignoraram convocação e faltaram ontem a depoimento. Eles serão conduzidos ao Senado na quinta-feira

Polícia levará à força suspeitos para depor em CPI

TRÊS INVESTIGADOS NA Operação Zelotes, da Polícia Federal, serão conduzidos coercitivamente à comissão parlamentar de inquérito (CPI) que apura um esquema de corrupção no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), causador de um rombo estimado em R\$ 19 bilhões nos cofres públicos. Ligado à Receita Federal, o Carf julga os recursos contra autuações aplicadas a empresas e pessoas físicas por sonegação fiscal.

A condução coercitiva foi aprovada ontem pela CPI, diante da ausência dos seguintes convocados: o conselheiro Paulo Roberto Cortez e os advogados Leonardo Siade Manzan e Nelson Mallmann.

A CPI marcou o depoimento dos três convocados para a quinta-feira. Será enviado um ofício à Polícia Federal para conduzi-los à comissão.

Otto Alencar (PSD-BA) lembrou que a Operação Zelotes investiga denúncia de que empresas, escritórios de advocacia e de contabilidade, servidores públicos e conselheiros do Carf teriam criado um esquema de manipulação de julgamentos, reduzindo as multas de sonegadores de impostos.

Foram aprovados cinco requerimentos de informações. A CPI pretende obter do Carf a listagem de todos os grandes devedores e cópias de todos os processos julgados desde 2009 com valor de autuação igual ou superior a R\$ 50 milhões.

A CPI vai requerer da Controladoria-Geral da União e do Tribunal de Contas da União cópia de todos os processos relativos ao Carf. A comissão quer o nome e o CPF de todos os conselheiros desde a criação do órgão. Todos os requerimentos de informação são do presidente da comissão, Ataídes Oliveira (PSDB-TO).

A comissão, entretanto, rejeitou os requerimentos, também de Ataídes, de convocação dos ex-ministros Guido Mantega (Fazenda) e Erenice Guerra (Casa Civil). José Pimentel (PT-CE) pediu a rejeição sob o argumento de que não há evidência de envolvimento dos ex-ministros. A posição foi acompanhada pela relatora da CPI, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), e por outros senadores, como Otto Alencar, Acir Gurgacz (PDT-RO), Benedito de Lira (PP-AL), Humberto Costa (PT-PE) e Donizeti Nogueira (PT-TO).



Ataídes Oliveira, o presidente da comissão de inquérito, fala aos senadores, entre Vanessa Grazziotin e Donizeti Nogueira

Senadores investigarão grandes empresas

A CPI que apura irregularidades no Carf quer concentrar as investigações em grupos corruptores, convocando executivos das empresas suspeitas e quebrando sigilo bancário e fiscal das organizações. A diretriz foi aprovada ontem pela comissão, que aceitou o plano de trabalho apresentado pela relatora, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

A senadora lembrou que tradicionalmente as investi-

gações envolvendo recursos públicos no Brasil se concentram nos agentes públicos corruptos:

— Casualmente ou não, os grupos corruptores são “esquecidos”.

Segundo o plano de trabalho da relatora, são suspeitas de pagarem propina para conselheiros do Carf grandes corporações, como Ford, Santander e HSBC.

Na avaliação da senadora, se o “novelo da sonegação”

for desarticulado, “certamente chegaremos à ponta da cadeia, aos agentes públicos corruptos”.

A relatora sugeriu, com aprovação da CPI, três medidas: convocação para depoimento dos executivos das empresas, quebra do sigilo bancário e fiscal das empresas e cruzamento de informações relativas a movimentações suspeitas das empresas e dos conselheiros do Carf.

Projeto em análise no Senado libera biografias não autorizadas

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), tomada por unanimidade na quarta-feira, de derrubar a necessidade de autorização prévia para a publicação de biografias vai ao encontro de projeto em tramitação no Congresso. A proposta tem como objetivo liberar biografias não autorizadas pela pessoa retratada (ou por seus familiares) publicadas em livros ou veiculadas por meio de filmes, novelas e séries.

A posição do STF abre espaço para revisão de casos como o do recolhimento do livro *Roberto Carlos em Detalhes*, de Paulo César de Araújo, tirado das livrarias em 2007 após ação judicial movida pelo cantor.

Apresentado pelo ex-deputado Newton Lima, o PLC 42/2014 foi aprovado pela Câmara no ano passado e encaminhado ao Senado. O texto, que altera o Código Civil, chegou a ser incluído na pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em 2014. Mas,

a pedido de senadores, seguiu para análise prévia da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

O projeto acrescenta um segundo parágrafo ao artigo 20 do Código Civil para determinar que “a ausência de autorização não impede a di-

vulgação de imagens, escritos e informações com finalidade biográfica de pessoa cuja trajetória pessoal, artística ou profissional tenha dimensão pública ou que esteja inserida em acontecimentos de interesse da coletividade”.

A proposta inclui um terceiro parágrafo, determinando que a pessoa que se sentir atingida na honra, boa fama ou respeitabilidade poderá requerer a juizados especiais a exclusão do trecho ofensivo em edição futura da obra.

Na CCJ, Ricardo Ferraço (PMDB-ES) chegou a apresentar parecer sobre o projeto. No relatório, o senador aponta como inconstitucional a solução proposta pelos deputados,

apesar de adotada com o propósito de tornar mais céleres processos movidos por biografados que se sentem lesados.

Como alternativa, Ferraço sugere que “as ações judiciais da pessoa que se sentir prejudicada em sua honra, boa fama ou respeitabilidade serão processadas pelo rito sumário previsto no artigo 275 do Código de Processo Civil”.

Para o senador, a história de pessoas cuja trajetória ganha dimensão pública se confunde “com a história de sua época, sendo fundamental para a preservação da memória coletiva”.

Supremo

Os ministros do Supremo votaram a favor de ação direta de inconstitucionalidade movida pela Associação Nacional dos Editores de Livros (Anel). Eles seguiram o voto da relatora, ministra Cármen Lúcia.

Ela destacou que a Constituição prevê, nos casos de violação da privacidade, da intimidade, da honra e da imagem, a reparação indenizatória, e proíbe “toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística”. Assim, uma regra infraconstitucional (Código Civil) não pode abolir o direito de expressão e criação de obras literárias.



Comissão de Educação, presidida por Romário, vai analisar a proposta

Relator defende rapidez nos julgamentos sobre as obras

Relator do PLC 42/2014 na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), Romário (PSB-RJ) deve concluir o parecer na próxima semana. A principal preocupação do senador é ajustar o texto de forma a assegurar a liberdade de expressão e o direito à informação, mas sem deixar de lado a garantia de rapidez nos julgamentos de casos em que as pessoas retratadas se sentem ofendidas.

— O parecer já está praticamente finalizado, mas diante da decisão do Supremo sobre o assunto, cabe uma análise detalhada do que foi decidido.

Romário vai propor mudanças no projeto para dirimir dúvidas sobre os casos que merecerão reparação. Ele substituiu o trecho “a pessoa que se sentir atingida em sua honra, boa fama ou respeitabilidade” por “a pessoa que se sentir ofendida por fato falso ou por fato ofensivo à sua reputação, dignidade ou decoro”.

— A expressões “se sentir atingida em sua honra, boa fama ou respeitabilidade” poderiam levar a interpretações dúbias. As correções coadunam com as definições de crimes contra a honra do Código Penal brasileiro — explicou.

Romário também deve sugerir mudança em emenda feita por Ricardo Ferraço de usar o rito sumário previsto no artigo 275 do Código de Processo Civil para processar as ações judiciais das pessoas que se sentem prejudicadas (*leia matéria acima*).

— A emenda do senador Ricardo Ferraço, apesar de boa, só teria validade por alguns meses. Porque o rito sumário, previsto no artigo 275 do Código de Processo Civil, foi extinto no novo Código do Processo Civil que passa a valer a partir do próximo ano. Estou buscando uma alternativa para isso — disse.